

A Imagem do Bom Operário Para o Trabalho: Traços da Criação do Senai.

Desire Luciane Dominschek Lima

Neste artigo volto-me ao processo de criação e desenvolvimento do SENAI em âmbito nacional, traçando recortes sobre a escola SENAI de Curitiba/Pr. Para tanto, reporto-me à historiografia dialogando principalmente com dois autores — Cunha, e Weinstein — bem como algumas fontes como o periódico “ESCUDO” produzido pelos alunos do SENAI-PR. Pensar a imagem do bom operário no discurso da instituição é o recorte de análise. A concepção de criação do SENAI era voltada para o treinamento de seus aprendizes ao trabalho, aproximando-os da imagem que o SENAI tinha sobre o bom operário. O esforço para produzir um bom operário começava com a filosofia institucional emanada pelo SENAI. A divisão de Seleção e Orientação Profissional usava testes não apenas para verificar se o candidato possuía as condições físicas e formação escolar necessárias, mas também para descobrir se as reais aptidões do aprendiz o qualificavam para outro ofício que não fosse o que tivesse escolhido para aprender e, se fosse este o caso, encaminhavam o pequeno aprendiz para o curso mais adequado, para a formação mais adequada do “bom operário”.

Palavras-chave: SENAI, Ensino profissional, trabalho e formação.

Neste artigo volto-me ao processo de criação e desenvolvimento do SENAI em âmbito nacional, traçando recortes sobre a escola SENAI de Curitiba/Pr. Para tanto, reporto-me à historiografia dialogando principalmente com três autores — Cunha, Fonseca e Weinstein — bem como algumas fontes como o periódico ESCUDO produzido pelos alunos do SENAI-PR.

A formação para o trabalho, propagada pela instituição, é analisada considerando que a realidade do passado e a intencionalidade do historiador necessitam de um aporte teórico de conceitos e procedimentos. E aos historiadores cabe a responsabilidade pelas escolhas e recortes destes conceitos e procedimentos metodológicos.

[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos e que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer o negativo do que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinente, colocar em redação, constituir em um conjunto.¹

Ainda na direção do que nos apresenta Le Goff, os monumentos são nossas heranças do passado. Como monumentos, os documentos também representam as escolhas do historiador, escolhas estas que norteiam desde a identificação até a manipulação das fontes. E é sempre bom lembrar que o historiador é a chave para o diálogo entre a fonte e a pesquisa histórica.

Entendemos que o documento é antes de mais nada um resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda em silêncio.²

Neste sentido a crítica analítica das fontes históricas, suas condições de produção, materialidade e contexto histórico no qual se insere a instituição pesquisada são abordagens consideradas nesta elaboração.

Foi em janeiro de 1942, sob o nome de Lei Orgânica do Ensino Industrial, que surgiu a tão esperada legislação que, pouco mais tarde, daria espaço à criação do SENAI — criado com o Decreto-lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

O decreto nº. 6.029 de julho de 1940 não seria modificado; ele daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do ministério do trabalho; e o outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das idéias e propósitos da área da Educação. A partir daí, os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo ministro, o SENAI se encarregaria da “formação profissional dos aprendizes”, e seria tão somente uma peça, delegada a Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. Todavia, não deixa de ser sintomático que o projeto do SENAI, que só merece oito linhas na longa exposição de motivos de 5 de janeiro de 1942 com a qual Capanema encaminha a Lei Orgânica, termine sendo assinada em primeiro lugar.³

Em 1942 era criado o SENAI, sendo esta instituição organizada e mantida pela Confederação Nacional das Indústrias, ofertando diversos cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de possibilitar a reciclagem do profissional.

Depois de verem concretizadas as primeiras medidas governamentais para a regulamentação do SENAI, cabia aos industriais montar o sistema que sustentaria a aprendizagem industrial em todo país, a fim de instalar os diversos Departamentos Regionais — células responsáveis pela implantação do sistema. Também foram criadas regiões administrativas, de acordo com as respectivas atividades industriais. Deste modo, em 1942, o SENAI estava organizado, nacionalmente, em dez regiões.

Para Cunha⁴, visto sob a ótica do poder e da gestão dos recursos, o SENAI era inegavelmente uma instituição privada, uma vez que é a Confederação das Indústrias, em conjunto com as federações estaduais de sindicato patronais, que dirigem a entidade, escolhem seus diretores e determinam a política a ser seguida, na composição do Conselho Nacional e dos conselhos regionais. A participação mínima do Estado pode ser assinalada: ao lado dos presidentes de federações ou sindicatos patronais, estão dois representantes do governo, um do Ministério da Educação, outro do Trabalho.

Ao avaliar o desenvolvimento do SENAI nos seus primeiros seis anos de funcionamento, o relatório de 1948, editado pelo Departamento Nacional, em janeiro de 1949, considerava que a história da jovem instituição apresentava três fases distintas:

- a) a implantação do Departamento Nacional e dos órgãos locais com prédios alugados;
- b) a compra de terrenos, com projeto de prédios definitivos;
- c) a atenção ao problema da qualidade de ensino e do rendimento escolar⁵.

O SENAI sustentava suas atividades, inicialmente, com a arrecadação de 2 mil réis mensais, por empregado das empresas filiadas à Confederação Nacional da indústria. Quanto ao Departamento Nacional, sua instalação só ocorreu em 3 de agosto de 1942, no Rio de Janeiro, em solenidade presidida pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema⁶.

Santos argumenta que,

essa rede de ensino de âmbito empresarial paralela ao sistema oficial foi implantada com vistas a organizar e administrar as escolas de aprendizagem industrial em todo país. Sob a direção da Confederação Nacional das Indústrias e cursos de formação continuada para trabalhadores não sujeitos a aprendizagem.⁷

Importa ressaltar que essa rede de ensino de âmbito empresarial era ambígua. Cunha assinala que esta ambigüidade se dá em uma dimensão pública e privada do SENAI, em decorrência do corporativismo do Estado Novo. Enquanto protagonista do desenvolvimento econômico, empenhado na industrialização, o Estado foi capaz de perceber a necessidade do capital na formação da força de trabalho necessária à sua reprodução ampliada, antes mesmo dos próprios capitalistas. Estes por sua vez, incapazes de tomarem as iniciativas, chegaram a impor resistência aos encargos financeiros que lhes foram atribuídos⁸.

Mas quem faria a manutenção desta instituição, de onde viriam os recursos financeiros? O Decreto nº 4.48/42 estabelecia que a manutenção do SENAI seria feita pelos estabelecimentos industriais, os quais seriam obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal destinada às escolas de aprendizagem, sendo que a arrecadação dessa contribuição deveria ser feita pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e repassada ao SENAI.

O ensino industrial assumiu um papel relevante na formação da mão de obra, principalmente no contexto da industrialização do país. Tal foi sua importância que verificamos, a partir de 1942, tanto o Estado como a Confederação Nacional das Indústrias patrocinando esse ensino.

Havia, pois, dois tipos de ensino industrial: um compreendia a aprendizagem sob o controle patronal, ligado ao SENAI; outro, sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e Saúde, constituía-se do ensino industrial básico.

A partir da lei orgânica do ensino industrial, organizou-se o ensino industrial oficial, que ficou dividido em dois ciclos: o primeiro, chamado de fundamental, era ministrado em três ou quatro anos, e havia também o ciclo básico, que compreendia o curso de mestría de dois anos; o segundo ciclo, com duração de três a quatro anos,

destinava-se a formação de técnicos industriais. Santos⁹ comenta que “era oferecido nesse mesmo ciclo o curso de formação pedagógica, com o intuito de habilitar professores para lecionar no ensino industrial”.

O SENAI vem atender as exigências da expansão industrial brasileira, que demandava uma formação mínima do operariado, a qual teria de ser feita de modo eficaz e mais prático. E como assinala Weinstein, segundo Raphael Noschese, membro do Conselho Regional do SENAI na década de 1940: “o SENAI aprontava os homens para o mundo, não era para a fábrica do João, do Pedro e do Paulo. A nossa finalidade não é fazer um operário para você, é para São Paulo, para o Brasil”¹⁰.

Porém muitos industriais entendiam o SENAI como uma instituição governamental que estava lá só para tirar o dinheiro deles. Com esta visão, as indústrias enviavam seus aprendizes menos promissores, os “piores alunos”, ao SENAI, pois eles consideravam o programa como perda de tempo, mas logo se percebeu que os alunos formados pelo SENAI eram melhores¹¹.

Segundo Weinstein, o SENAI era inovador em sua estrutura e em seu caráter ao mesmo tempo público e privado, mas deparava-se com grande ceticismo entre os industriais. Mas mesmo com todo esse “ceticismo” pela parte dos industriais, a imagem do SENAI se fortaleceu, transformando os jovens menos capazes em operários competentes, conquistando assim uma relativa confiança dos industriais.

A equipe do SENAI considerava que os alunos tinham uma educação formal deficiente e baixo padrão de vida e, ainda, destacavam que os alunos tinham padrões morais insuficientes, maus hábitos de trabalho e pouca “cultura”.

Weinstein aponta que houve um estudo feito no SENAI para definir o perfil da média de seus aprendizes. O psicólogo responsável por este estudo concluiu que o aluno do SENAI não poderia ser considerado um adolescente comum, porém, ponto de convergência de influências deformativas da personalidade: falta de assistência familiar, trabalho desinteressante, má habitação e alimentação, ambientes inadequados, longo convívio com adultos mal-educados, precocidade de responsabilidades etc¹².

Desta forma, os alunos aprendizes precisavam não apenas ser treinados, mas também levados a aproximar-se da imagem que o SENAI tinha do bom operário. O esforço para produzir um bom operário começava com uma série de testes a que eram submetidos todos os candidatos ao SENAI. A divisão de Seleção e Orientação Profissional usava esses testes não apenas para verificar se o candidato possuía as condições físicas e formação escolar necessárias, mas também para descobrir se as reais aptidões do aprendiz o qualificavam para outro ofício que não fosse o que tivesse escolhido para aprender e, se fosse este o caso, encaminhavam o pequeno aprendiz para o curso mais adequado. Weinstein¹³ afirma que estes testes tiveram um sucesso relativo, pois os dirigentes do SENAI muitas vezes comentavam a tendência que os alunos tinham de se concentrar nos cursos de torneiro mecânico, mesmo quando considerados habilitados para ofícios que ofereciam melhores oportunidades de emprego.

Uma vez admitido no programa, o processo de socialização do aprendiz continuava nas oficinas e salas de aulas das escolas do SENAI. A instituição sempre apresentava sua instrução prática como puramente técnica, e todo o seu programa como ideologicamente neutro, mas Roberto Mange defendia o método de Formação Sequencial como um meio de inculcar disciplina e eficiência nos operários aprendizes.

O SENAI acreditava em uma educação moral cívica, mas também considerava a oficina como um lugar de socialização, com ênfase na ordem, autocontrole e hierarquia. Para Weinstein,

a própria concepção do SENAI refletia o conceito de Mange de uma hierarquia industrial composta rigidamente, em ordem ascendente, por trabalhadores não-especializados (braço anatômico), trabalhadores semi-

especializados (braço atento), operários especializados (braço pensante), e encarregados da supervisão (braço pensante e dirigente). Nas palavras de Evaldo Lodi, pronunciadas na inauguração da Escola Roberto Simonsen do SENAI: 'Nas escolas industriais do SENAI, a ordem primorosa, a pontualidade exata, a limpeza irrepreensível, a obediência constante, o sentido de hierarquia constituem lições vivas que embebem todos os jovens'.¹⁴

O aprendiz Adriano Pires Ribas destaca a importância da criação da instituição, com extrema exaltação

O Serviço de Aprendizagem Industrial-SENAI, é muito bom. Na escola do SENAI a gente pode estudar e trabalhar tendo o direito de escolher o ofício que se quer. Os professores são muito bons. Estuda-se, por semana, três vezes meio dia de aulas práticas, e meio dia de aulas teóricas. Os outros três dias trabalha-se na firma. Não se paga nada e ainda se ganha todo o material que se precisa. Ganha-se um pequeno ordenado da firma, por mês e aprende-se para: alfaiate, marceneiro, eletricitista, mecânica, serralheiro, tipógrafo, caldeiro, pedreiro, funileiro, torneiro, soldador, etc. Estuda-se: matemática, ciências, desenho técnico, tecnologia e português. Teve uma boa idéia quem criou o SENAI.¹⁵

Era esta a imagem ideal desenvolvida por Roberto Mange era partilhada por seus colaboradores, a de uma instituição de formação orientada para operários de menor idade que teriam uma instrução teórica alternada com a experiência prática em seu local de trabalho. Roberto Mange trouxe para o SENAI sua longa experiência como diretor do IDORT e como professor de engenharia mecânica na escola politécnica, e sua enorme bagagem intelectual, com teorias sobre métodos adequados para a formação e socialização dos industriários aprendizes.

A organização, a disciplina se refletiam em todas as escolas do SENAI, marcando claramente o tipo de cultura institucional que o aluno-aprendiz deveria aceitar e internalizar.

A organização do SENAI difere profundamente da rede de escolas Industriais, pois se destina a aprendizes que já pertencem à indústria e que ganham salários, mesmo nos dias em que freqüentam as Escolas de Aprendizagem do SENAI, ao passo que os alunos das escolas Industriais são exclusivamente alunos e freqüentam a escola a custa própria.¹⁶

Contudo o SENAI-SP em seus primeiros anos encontrou algumas dificuldades de ordem estrutural e pedagógica:

Durante os seis primeiros meses de 1942 a recém-formada administração do SENAI/SP vasculhou a capital e o interior em busca de instrutores, instalações adequadas para cursos, e potenciais estudantes. Oferecendo salários 20% acima dos que eram pagos pelas escolas públicas, o SENAI teve pouca dificuldade em atrair uma equipe docente para matérias convencionais como português e matemática. O recrutamento de instrutores para tarefas práticas, que deveriam fazer um exame de qualificação e ter pelo menos cinco anos de experiência na indústria com o respectivo tipo de especialização, revelou-se mais difícil.¹⁷

A demais muitos empresários não enviaram seus melhores aprendizes embora, que a população de baixa renda, desejosa de se profissionalizar, encontrasse nos cursos do SENAI condição ideal, mesmo porque os alunos eram pagos para estudar, ou seja, recebiam uma bolsa-auxílio como incentivo. Apesar das dificuldades que o SENAI encontrou em se estabelecer.

As escolas do SENAI, quando comparadas com as de ensino industrial das redes públicas, evidenciavam de modo patente a inferioridade destas. A autonomia que lhes faltava, a adesão de alunos motivados (e remunerados), a possibilidade de organizar cursos conforme as demandas locais, o entrosamento com empresário-consumidores da força de trabalho qualificada eram qualidades do SENAI cuja carência, nas escolas

industriais, mostrava necessidade urgente de modificar os cursos básicos, senão acabar com eles¹⁸.

No jornal dos alunos da escola do SENAI de Curitiba, aborda-se a importância da legalização do trabalho do menor operário,

De acordo com a lei, todo menor que trabalha deve possuir carteira profissional. Assim sendo logo que matriculamos e empregamos um aluno no SENAI, imediatamente providenciamos a mesma. Entregamos ao menor uma relação de documentos necessários e os respectivos impressos: declaração de função, a ser preenchido pela firma e autorização de responsável, para ser assinado pelo responsável pelo menor. Depois de reunidos todos os documentos solicitados, a escola oferece uma “declaração” de que o aluno sabe ler e escrever. Juntamos esta aos demais documentos e levamos tudo a Delegacia Regional do Trabalho. Dois ou três dias depois o aluno vai a referida delegacia e recebe a sua Carteira Profissional de Menor. Dessa maneira, com satisfação, a escola vê todos seus alunos munidos de importante documento.¹⁹

A nota sobre a questão da legalidade do trabalho do menor operário constante em “O Escudo” revela a comunidade de operários que, além da instituição prover uma vaga de emprego para o pequeno aprendiz, o faz dentro da legalidade, propiciando segurança e reconhecimento ao aluno aprendiz. Percebe-se que, com os cursos profissionalizantes do SENAI, incluindo-se também a trajetória da educação profissional no Brasil, teve-se uma preocupação com os “desfavorecidos da fortuna”, exercendo-se sempre um papel social extraordinário em função da própria legislação educacional.

Ao estabelecer a idade mínima de catorze anos para ingresso no emprego, a legislação acabou gerando aquilo que no SENAI ficou conhecido como hiato nocivo, já que, para a população pobre, a escolarização raramente ultrapassava o ensino primário, quase sempre concluído em idade superior a dez anos. Por isso, o SENAI foi obrigado a sentir o problema bem de perto, pelo fato de receber muitos jovens após um período mais ou menos longo de interrupção da escola primária, gasto em vadiagem ou em pequenos misteres. Intentando solucionar o problema, o SENAI criou os cursos vocacionais, onde valorizava, sobretudo, o trabalho manual e onde se buscavam mecanismos que pudessem preencher o chamado hiato nocivo.²⁰

Weinstein²¹ assinala que a educação de crianças com idades entre doze e quatorze anos era uma área de especial interesse do SENAI, nos cursos chamados vocacionais. Desde o debate sobre a lei do trabalho infantil na década de 1920, os industriais e engenheiros sociais de vários matizes vinham denunciando o “hiato nocivo”, ou melhor, o intervalo entre os doze anos, quando normalmente a criança acaba o curso primário, e os catorze anos, quando a lei autorizava sua entrada no mercado de trabalho.

A concepção do SENAI era fazer com que os futuros aprendizes, com apoio dos seus instrutores, considerando sempre a sua origem social, descobrissem sua vocação na esfera do trabalho industrial.

Mange²² ressalta,

O caráter do SENAI, pode levar alguém a apressada e falsa conclusão de que se trata de mera organização de ensino profissional, o que não é verdade. Cumpre não perder de vista o verdadeiro sentido da obra que compete ao SENAI promover, ou seja, o conceito educativo-social de suas realizações. Esta orientação implica necessariamente dentro do âmbito de aprendizagem industrial na realização de serviços de natureza para-escolar no campo da educação, da higiene e da assistência social. Serviços esses que embora representem, evidentemente, um forte acréscimo no custo de cada aluno, constituem, todavia, condição precípua para a eficiência do ensino.

Este discurso proferido por Mange afirma a cultura institucional que se pretendeu incorporar ao SENAI desde a sua fundação, em que a disciplina, a ordem, a higiene seriam mecanismos para se alcançar um alto conceito educativo social dentre os aprendizes.

Dessa maneira, o problema de aprendizagem dos industriários não se limitava ao aspecto pedagógico, relacionado ao trabalho, mas tinha preocupações com a valorização total do operário, isto é, com a “Educação integral”²³ tão almejada por Mange, que pode ser definida como "cultura geral e profissional em torno de uma sadia personalidade".

As aspirações de Mange, segundo o relatório do SENAI-SP de 1946, implicavam o desenvolvimento da cultura geral, da educação moral e cívica e das lides abrangidas pelo Serviço Social, para procurar elevar o espírito do aprendiz.

O aprendiz já ocupado com a atividade industrial e que é aluno dos cursos do SENAI, apresentava características bem diferentes de um menor que frequenta o curso primário, secundário ou uma escola industrial, pois é um aprendiz que produz na fábrica, ganha seu salário por e possui acentuada independência. E no âmbito social e familiar em que vive, pouco estímulo encontraria para melhorar sua cultura geral e elevar seu conceito cívico e moral.

Como se pode observar na cultura institucional do SENAI, foi muito demarcado o comportamento do aprendiz como parte do ensino-aprendizagem e de sua formação para o trabalho.

Enfim todo esse conteúdo ideológico e pedagógico do curso de aprendizagem do SENAI propiciava ao aprendiz um sentimento de auto-estima, de confiança e de auto-realização, resultado da eficácia do ensino ministrado e da sintonia com o ambiente da empresa, importante ressaltar que esta eficácia e sintonia é um discurso preconizado pela instituição como ressonâncias positivas.

Ragazzini²⁴ indica que, fazer história também tem muita história, o desvelar do passado transforma-se em presente, com uma atividade intensa que existe da descoberta e garimpagem das fontes.

Referências

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, n.14, maio/ago., 2000, p. 89-107.

_____. O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. Coleção Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda. Convênio: ABC/TEM/SEFOR- FLC/CSO/Brasil (1999-2000).

LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. *Educar em Revista*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, nº 18, 2001

SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. In: VEIGA, C. G. et al (org). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WEISTEIN, B. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.

Fontes Históricas

BOLOGNA, I. *Roberto Mange e sua obra*. [S.l.]: Unigraf, 1980.

O ESCUDO - Órgão oficial dos alunos do SENAI. Curitiba: Oficina de Artes

Gráficas da Escola do SENAI, 1949-1962.

Relatório do Departamento Nacional, nº. 6, de nov./dez de 1965.

SENAI. *Histórias e percursos*: o Departamento Nacional (1942-2002). Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, 2002.

DE HOMENS E MÁQUINAS v.1 . Roberto Mange e a Formação Profissional.

Acervo Roberto Mange: Inventario Analítico, 1991, SENAI-SP.

¹ LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 546.

² *Ibid.*, p. 547.

³ De homens e máquinas, p. 114.

⁴ Cunha, L.A. *O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil*: origem e desenvolvimento. Coleção Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda. Convênio: ABC/TEM/SEFOR-FLCSO/Brasil (1999-2000), p.45

⁵ SENAI. *Histórias e percursos*. Departamento Nacional (1942-2002), Brasília, 2002.

⁶ SENAI, *Op.cit.*, p.25 .

⁷ SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. In: VEIGA, C. G. et al (org). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000., p. 217.

⁸ CUNHA, *Op. cit.*, p. 46.

⁹ SENAI, *Op.cit.*, p.25

¹⁰ WEINSTEIN, B. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 191.

¹¹ *Ibid.*, p. 190.

¹² *Ibid.*, p. 144. "O Aluno Senai". informativo Senai n. 11(setembro de 1946): O Conceito de comum de d'Avila, psicólogo que fez o estudo não refletia a preponderância numérica, uma vez que os adolescentes da classe operária eram mais numerosos no Brasil que os membros da classe média tomados como referência pelo autor."Normativo seria um termo mais apropriado para o que D'Avila chama de "comum".

¹³ WEINSTEIN, *Op.cit.*, p. 144.

¹⁴ *Ibid.*, p. 145.

¹⁵ O ESCUDO, nov. 1949.

¹⁶ BOLOGNA, I. *Roberto Mange e sua obra*. [S.l.]: Unigraf, 1980., p. 2.

¹⁷ WEINSTEIN, *Op. cit.*, p. 137.

¹⁸ CUNHA, *Op. cit.*, p. 48.

¹⁹ O ESCUDO, nov. 1952.

²⁰ SENAI, *Op. cit.*

²¹ WEINSTEIN, *Op. cit.*, p. 150.

²² MANGE, Roberto. *Relatório SENAI*. Capítulo I, 1945 *apud* BOLOGNA, 1986, p. 37

²³ BOLOGNA, *Op. cit.*, p. 215.

²⁴ RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. *Educar em Revista*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 18, 2001. p. 1.

